



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/ SOURE- CABAE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIENCIAS SOCIAIS- FAECS
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ANDERSON SOUZA VITELLI

**O ENSINO DE LIBRAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOCENTE EM UMA
ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SOURE**

SOURE- PA

2023

ANDERSON SOUZA VITELLI

**O ENSINO DE LIBRAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOCENTE EM UMA
ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SOURE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para obtenção de grau em Licenciatura Plena em Pedagogia do ano de 2018, pela Universidade Federal do Para

Orientador (a): Prof.^a. Olidete De Araújo

SOURE- PA

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

V841e Vitelli, Anderson Souza.
O ensino de LIBRAS : desafios e perspectivas docente em uma
escola no município de Soure / Anderson Souza Vitelli. — 2023.
24 f.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Olidete de Araújo
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Pedagogia, Abaetetuba, 2023.

1. Ensino. 2. LIBRAS. 3. Desafio docente. I. Título.

CDD 371.9

Dedico esse trabalho aos meus pais por todo incentivo e ajuda para que esse sonho se tornasse possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, pelo folego de vida que me tem consentido até o presente momento e pela força durante toda a minha vida, sobretudo, nesses cinco anos e meio de graduação. Agradeço por todo incentivo que recebi dos meus pais de criação, Manoel e Maria, sendo esta, uma das minhas principais motivadoras a conquistar os meus objetivos. A minha mãe biológica Socorro, por sempre acreditar em mim e no meu objetivo de ingressar na universidade.

Sou muito grato a minha esposa Patrícia e as minhas filhas que estiveram comigo durante todo esse tempo, acreditando que eu conseguiria. A todos os meus familiares que acompanharam meu dia a dia na faculdade e que me ajudaram direta e indiretamente.

Não poderia deixar de agradecer a todos os meus professores que contribuíram no meu processo formativo, no curso de Pedagogia, dentre eles, a minha orientadora Professora Olíde de Araújo, que esteve a frente nesses últimos meses, me orientando no meu trabalho de conclusão de curso.

Identificamos, assim, que o movimento de pessoas surdas ganhou força ao longo da história, principalmente por meio de estratégia de publicização de suas demandas pela mídia, manifestações e eventos culturais, além da ampliação do debate sobre o discurso linguístico- -cultural da surdez também no meio acadêmico (Garcia e Barcelos, 2021, p. 10).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	9
3	CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA E A SURDEZ.....	12
4	A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.....	14
5	METODOLOGIA.....	16
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	17
6.1	O ENSINO DE LIBRAS NA SALA DE AULA REGULAR EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SOURE.....	22
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
	REFERÊNCIAS.....	24

O ENSINO DE LIBRAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOCENTE EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SOURE

Anderson Souza Vitelli (UFPA)
E-mail: vitellianderson@gmail.com

RESUMO

Este trabalho está situado no campo da educação especial discute sobre os desafios e perspectivas docente no ensino de LIBRAS em uma escola no município de Soure/PA. O objetivo geral desse estudo pautou na investigação acerca dos desafios e as perspectivas docentes no ensino de LIBRAS para estudantes surdos na sala de aula regular de ensino em uma escola no município de Soure. A pesquisa é de cunho qualitativa (Minayo, 2004). O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada realizada com a interprete de LIBRAS da referida escola. Após a coleta de dados realizou-se a análise de conteúdo conforme Bardin (1977). Como resultados é possível considerar que a organização educacional no município de Soure, na perspectiva da educação inclusiva, é recente e que a partir dos próprios alunos do curso de licenciatura em letras língua portuguesa/ LIBRAS, começam a desenvolver um trabalho de conscientizar a população sourense sobre os direitos à educação das pessoas surdas que vivem na cidade, sendo que muitas já haviam passado da idade de escolarização. A partir disso, conclui-se que mesmo sendo reconhecida por lei, como meio legal de comunicação e expressão, especialmente, para a comunidade surda, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), nas escolas, ainda não é componente curricular obrigatório, o que torna desprezioso e irrelevante o ensino de LIBRAS nas instituições de ensino.

Palavras-chave: Ensino; LIBRAS; desafio docente.

ABSTRACT

This work is situated in the field of special education and discusses the challenges and perspectives of teaching LIBRAS in a school in the municipality of Soure/PA. The general objective of this study was to investigate the challenges and perspectives of teaching LIBRAS to deaf students in a regular classroom in a school in the municipality of Soure. The research is qualitative (Minayo, 2004). The data collection instrument was a semi-structured interview with the LIBRAS interpreter at the school. After data collection, content analysis was carried out according to Bardin (1977). The results show that the educational organization in the mu-

nicipality of Soure, from the perspective of inclusive education, is recent and that the students of the degree course in Portuguese Language/LIBRAS themselves began to work to make the population of Soure aware of the rights to education of deaf people living in the city, many of whom had already passed the age of schooling. From this, it can be concluded that even though it is recognized by law as a legal means of communication and expression, especially for the deaf community, the Brazilian Sign Language (LIBRAS) is not yet a compulsory curricular component in schools, which makes the teaching of LIBRAS in educational institutions unpretentious and irrelevant.

Keys- Words: teaching; pounds; challeng teacher.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está situada no campo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e discute sobre o ensino de LIBRAS em uma escola no município de Soure/PA. Com base em pesquisas bibliográfica, documental e de campo, buscou-se responder a seguinte pergunta; quais os desafios e perspectivas docente no ensino de LIBRAS, para estudantes surdos em uma escola no município de Soure?

O objetivo geral deste estudo pautou na investigação acerca dos desafios e perspectivas docente no ensino de LIBRAS para estudantes surdos na sala de aula regular de ensino em uma escola no município de Soure. Para isso, realizou-se pesquisa de campo em uma unidade educacional da rede municipal de ensino, do referido município. Nesse sentido, este trabalho justifica-se pela contribuição para a produção de conhecimento científico na área da educação especial, na perspectiva inclusiva, para o município de Soure, sendo que existem poucas pesquisas acadêmicas nesse campo temático e, assim, trazer novas possibilidades que viabilizem a inclusão de alunos surdos no processo de ensino e aprendizagem.

Este artigo está estruturado em três tópicos: No primeiro, ponderamos uma breve abordagem sobre os movimentos históricos que impulsionaram a criação das políticas públicas da educação especial, bem como a definição de seu público alvo. No segundo, buscou-se caracterizar, para maiores esclarecimentos, o que é deficiência auditiva do ponto de vista médico-orgânico e surdez na perspectiva sociocultural. No terceiro, procuramos conceituar o que é a língua brasileira de sinais (LIBRAS), com base em autores como Lacerda (2007), Quadros (2004), Oliveira (2018) e, por fim, a lei nº 10. 436 de 2002.

2. O PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - PAEE

O Público Alvo da Educação Especial – PAEE é definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394 de 1996, art.58, a qual amarra sobre os educandos com deficiências (intelectual, visual, auditiva, física e múltipla), com transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e com altas habilidades ou superdotação. A definição do público alvo da educação especial constituiu-se em meio a muitos movimentos sociais e políticos, com auxílio do Estado, sobretudo da iniciativa privada, onde se destaca o instituto Pestalozzi, entidade privada, que em 1930 participou do processo de formulação das primeiras políticas públicas e também para a definição do público alvo da educação especial (Garcia e Barcelos, 2021).

Diante disso, analisar os movimentos que configuraram cada grupo do Público Alvo da Educação Especial nos dá um panorama sobre as políticas públicas que foram criadas no Brasil desde o início século XX, para o atendimento educacional especializado (Garcia e Barcelos, 2021).

Além disso, a retomada histórica é importante para a compreensão da constituição e legitimação do direito à educação de pessoas com deficiência até os dias atuais. A partir de 1930, percebe-se uma iniciativa público/privado, já que as propostas de ensino emendativo partem do Estado e de instituições privadas de caráter assistencialista, os quais agem junto ao governo, promovendo as políticas de atendimento educacional às pessoas com deficiência.

Ressaltamos dois fatos importantes em nossa análise: O primeiro se refere à gradativa apropriação da iniciativa privada sobre as políticas de atendimento às pessoas com deficiências, com destaque para as instituições como a Sociedade Pestalozzi. Perante esse cenário, Garcia e Barcelos (2021) frisam que isso se deu pelo fato de a iniciativa privada ter papel fundamental nos movimentos políticos durante a década de 1930, e o Estado, porém, pouco realizou investimentos na educação, especialmente às pessoas com deficiência.

O segundo fato aborda a intenção do governo na criação das políticas de atendimento às pessoas com deficiências, pois para Garcia e Barcelos (2021) isso foi “uma iniciativa do Estado” para o atendimento educacional dos “anormais”, pautado em sua adaptação ao meio social, de forma que pudessem se converter “em cidadãos úteis e capazes”, barateando os custos com seu atendimento (Decreto nº 24.794, de 14 de julho de 1934).

As discussões sobre o atendimento educacional de pessoas com deficiência, no Brasil, já existiam desde 1854. Nessa época, Dom Pedro II, imperador do Brasil, criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto Imperial de Surdos-Mudos. Diante esse contexto,

Garcia e Lacerda (2021) destacam que por mais assistencialistas que foram e com pouca intencionalidade pedagógica, isto é, não vislumbravam a educação escolar, sendo o objetivo apenas o de cuidar das pessoas com deficiência, que eram abandonadas por suas famílias.

Os autores ressaltam que a criação desses dois institutos foi o primeiro marco histórico sobre o atendimento de pessoas com deficiência. No Brasil, em meados do século XX, como afirma Jannuzzi, *apud* Garcia e Lacerda (2021, p. 4), houve “movimentações e a maior organização de deficientes, para participarem dos debates políticos e buscarem seus direitos sociais, que possibilitaram significativas mudanças que ocorreram a partir de 1950”.

Garcia e Lacerda (2021) enfatizam que esses movimentos sociais tiveram a participação intelectual de Dorina Nowill, cuja “teve à frente da criação da Fundação para o Livro do Cego no Brasil”. Sobre isso,

Identificamos que a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, como instituição representante dos interesses das pessoas com deficiência visual, embora também tenha se articulado pela via das relações público-privadas, apresentava como especificidade a reivindicação do atendimento educacional dos alunos com deficiência nas escolas regulares. Dentre os intelectuais representantes desse grupo, destacamos Dorina Nowill, com forte atuação nos debates realizados no Congresso Nacional e articulação internacional, mediante sua participação na criação da União Latino-Americana de Cegos (ULAC) (Nowill, 2009), (Garcia e Lacerda 2021, p.7).

O atendimento das pessoas com surdez, como vimos, começa ainda no período imperial, em 1857, quando foi criado o Instituto Imperial de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), localizado no Rio de Janeiro. A partir disso, estabeleceu-se “o regimento do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM), instituído pelo Decreto nº 9.198, de 12 de dezembro de 1911, o qual definiu a adoção do “método oral puro” em todas as disciplinas” (Garcia e Lacerda, 2021, p. 8).

Nesse contexto, o atendimento educacional de pessoas surdas ganha direcionamentos, tendo como marco histórico o congresso de Milão, que aconteceu na Itália, em 1880. Esse encontro provocou mudanças significativas nas práticas educacionais brasileiras, para o atendimento de pessoas com deficiência auditiva. Segundo Garcia e Lacerda (2021), a maior delas foi a opção pelo método oralista, essa ênfase principiou movimentos de resistência ao método, além de o principal objetivo consistir na busca, ou seja, “desloca o foco central da deficiência para uma identidade cultural”.

Os autores destacam que o contexto desses movimentos antecipa o processo de debate da elaboração da Constituinte de 1988. Sendo assim, a comunidade surda buscava a legitimidade e reconhecimento como sujeitos de direitos, sobretudo dos linguistas.

Percebe-se uma forte pressão por parte da comunidade surda, pelo reconhecimento da língua de sinais como própria das pessoas surdas, o que para Feneis (1993 *apud* Garcia e Lacerda, 2021, p. 8) [...] “as línguas de sinais são línguas naturais do povo surdo que, nessa perspectiva, constituem uma minoria linguística e cultural, devendo ser reconhecidos pela sociedade e pelo Estado”. Nesse momento, os movimentos da comunidade surda intensificam e pressionam o Estado pelo reconhecimento da língua de sinais, como sendo adequada às pessoas com deficiência auditiva ou surdez.

Sobre isso, Garcia e Lacerda (2021, p. 9) apresentam:

O fortalecimento do movimento de surdos impactou também o INES, que passou por alterações. Em 1993, a LIBRAS recebeu o status de língua de ensino, e a língua portuguesa foi considerada como segunda língua. Nessa dinâmica, houve a contratação de professores que passaram a ministrar as aulas utilizando LIBRAS.

Diante essa passagem, os autores destacam ainda: “Em decorrência das ações do movimento surdo, foi promulgada a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconheceu a LIBRAS como um meio legal de comunicação e expressão [...] oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Garcia e Lacerda, 2021, p. 9).

O Plano Nacional de Educação - PNE, lei nº 10.172/2001, foi uma importante política pública que demarcou o início dos anos 2000 e trouxe em seu texto os princípios de uma educação escolar inclusiva. Em 2008, baseado na disposição da lei nº 10.172/2001, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, reafirmou os direitos das pessoas surdas, sendo que na Estratégia 4.13, da Meta 4, já garantia uma equipe profissional diferenciada para atender as pessoas com deficiência, principalmente a pessoa com surdez, ou seja, de libras, professores especializados, preferencialmente surdos e/ou bilíngue, assim como tradutores e intérpretes de libras.

Para o atendimento educacional de pessoas surdas, o decreto nº 5.626/05 discorre:

A Lei nº 10.436/2002, visando a inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da (LIBRAS) como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Segundo esse decreto, que regulamenta a lei nº 10.436/2002, lei da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, tornando-a língua materna às pessoas surdas, tal como componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professor, visando à contribuição para o contínuo processo de inclusão.

Em 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Ela reitera os pressupostos para o atendimento educacional de pessoas com deficiência e a busca pela democratização do conhecimento. Acerca disso, Savianni (2016) ressalta ser produzido historicamente pela humanidade. Para as pessoas surdas, no art. 28, inciso IV, pondera que a “Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”.

Sobre isso, os autores Garcia e Barcelos (2021, p. 9) apresentam:

Nos últimos anos, acompanhamos o avanço das lutas travadas pelo movimento surdo pela garantia da implementação de escolas bilíngues, dentre as quais registramos a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), que prevê “oferta de educação bilíngue, em LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”. A partir de 2018, registramos um aprofundamento desse debate com vistas à “atualização” da Política de 2008, cuja proposição está intitulada como Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e ao longo da vida (2018). Nesse documento, está prevista a instituição de escolas bilíngues e classes bilíngues com serviços e recursos especializados para atendimento aos alunos surdos. Já no governo Bolsonaro, o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, instituiu esse direcionamento nas políticas educacionais ao criar a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos.

A educação bilíngue foi regulamentada pela lei nº 14.191/2021, que representa uma grande conquista para a comunidade surda. Assim, as lutas em defesa das pessoas com deficiência têm uma longa trajetória, marcadamente pelos movimentos sociais em defesa dos direitos a inclusão social e educacional. Devemos refletir sobre essas lutas, a fim de contribuir para uma sociedade consciente e menos excludente.

3. CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA E A SURDEZ

Da perspectiva de entendimento sobre quem são as pessoas com deficiência auditiva e as pessoas com surdez, buscamos auxílio no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, para nossa compreensão em que descreve:

Art.2º. Para os fins deste decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS Parágrafo único: Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.

Perante esse decreto, caracteriza-se, desse modo, a Pessoa Surda, pela perda total para identificar sinais sonoros, e a Pessoa com Deficiência Auditiva (DA), como aquela que possui perda parcial ou total de quarenta e um decibéis da capacidade de ouvir sinais sonoros. E para saber um pouco mais sobre essa diferenciação do surdo e deficiente auditivo, buscamos pesquisar entre os autores que frisassem mais sobre esse lócus de pesquisa. Dentre esses, evidenciamos Bisol e Valentini (2014), Honora (2015) e Fiocruz (1995), trazem em seus escritos entendimentos que contemplam sobre as caracterizações da surdez e deficiência auditiva.

Há dois olhares para essa diferenciação que envolve o nosso sistema auditivo: o primeiro dá-se de maneira orgânica, o segundo, histórica e culturalmente. A visão orgânica confirma que surdez e deficiência auditiva são sinônimos utilizados para referir qualquer tipo de perda auditiva em grau leve, moderado, severo ou profundo, em um ou ambos os ouvidos, mas a compreensão histórica e cultural, sobre isso, Bisol e Valentine, (2014. p.231 e 232), buscam:

ênfatar diferentes modos de vivenciar as diferenças de audição. Os surdos, ou Surdos com letra maiúscula, como proposto por alguns autores, são pessoas que não se consideram deficientes, utilizam uma língua de sinais, valorizam sua história, arte e literatura e propõem uma pedagogia própria para a educação das crianças surdas. Os deficientes auditivos seriam as pessoas que não se identificam com a cultura e a comunidade surda (Bisol e Valentine, 2014. p.231 e 232).

Com essas observações, conseguimos identificar que as pessoas surdas têm sua própria forma de ver e se adaptar no mundo, e que as pessoas ouvintes precisam respeitar a sua cultura e identidade. Sendo assim, Honora (2015, p. 80), afirma que “a cultura é a manifestação de diferentes aspectos com que cada uma das comunidades se apresenta”. Ainda, sobre esse aspecto honora (2015) nos auxilia a compreender que:

Quanto mais a pessoa com surdez tiver uma Identidade Surda, mais próximo estará da Cultura Surda. E este é um dos motivos para explicar a predileção dos Surdos por se relacionarem com outras pessoas Surdas, fortalecendo, assim, sua identidade e, em consequência, sua cultura. O fortalecimento da comunidade Surda é importante para que as pessoas Surdas possam se unir para discutir seus direitos à educação, ao trabalho, à cultura, à vida e ao bem-estar de todos [...]. (Honora, 2015, p.84).

Davis e Silverman (1970) observam o papel fundamental da audição para o acontecimento da comunicação através da linguagem falada, sendo também um dispositivo de defesa por estarem em funcionamento constante. A importância da audição é por nos ajudar a

compreender os sons que estão ao nosso redor e poder haver a comunicação oral entre indivíduos.

A Fiocruz destaca alguns pontos sobre a audição, os vários tipos de deficiência auditiva e os níveis dos limiares baseados na tabela de Davis e Silverman (1970).

Tabela 1. Tipos de deficiência auditiva e os níveis dos limiares baseados na tabela de Davis e Silverman

CONDUTIVA	É quando ocorre qualquer interferência na transmissão do som desde o condutor auditivo externo até a orelha interna;
SENSÓRIO-NEURAL	É quando há uma possibilidade de recepção do som por lesão das células ciliadas da orelha interna ou do nervo auditivo. Este tipo é irreversível;
MISTA	É quando há uma alteração na condução do som até o órgão sensorial ou do nervo auditivo. O audiograma mostra geralmente limiares de condução óssea baixo dos níveis normais, embora com comprometimento menos intenso do que nos limiares de condução aérea;
CENTRAL OU SUR-DEZ CENTRAL	Esse tipo não é, necessariamente, acompanhado de diminuição da sensibilidade auditiva, mas manifesta-se por diferentes graus de dificuldade na compreensão das informações sonoras. Decorre de alterações nos mecanismos de processamento da informação sonora no tronco cerebral (Sistema Nervoso Central).

Fonte: Fiocruz, 1995

E com a ajuda de Davis e Silverman (1970), podemos ter a dimensão do grau de severidade que as pessoas, que vão perdendo a audição, encontram-se, sendo realizado através do exame Audiograma Tonal Limiar.

Tabela 2. Audiograma

AUDIÇÃO NORMAL	Limiares entre 0 a 24 dB nível de audição
DEFICIÊNCIA AUDITIVA LEVE	Limiares entre 25 a 40 dB nível de audição
DEFICIÊNCIA AUDITIVA MODERNA	Limiares entre 41 a 70 dB nível de audição
DEFICIÊNCIA AUDITIVA SEVERA	Limiares entre 71 a 90 dB nível de audição
DEFICIÊNCIA AUDITIVA PROFUNDA	Limiares acima de 90 dB

Fonte: Fiocruz, 1995

É diante dessa caracterização que podemos analisar a deficiência auditiva e a surdez como diferentes, de maneira orgânica, cultural e histórica, mas que cada uma precisa ser respeitada por suas especificidades, sem precisar ser estigmatizada.

4. A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é uma modalidade gestual-visual utilizada pela comunidade surda, onde Lacerda (s/d, p.5) afirma que:

Na década de 1960, começaram a surgir estudos sobre as línguas de sinais utilizadas pelas comunidades surdas. Apesar da proibição dos oralistas no uso de gestos e sinais, raramente se encontrava uma escola ou instituição para surdos que não tivesse

desenvolvido, às margens do sistema, um modo próprio de comunicação através dos sinais.

A LIBRAS possui estrutura gramatical própria e é reconhecida oficialmente como a segunda língua oficial do país desde a lei nº 10.436/2002, que a reconhece como parte da identidade linguística e cultural da comunidade surda brasileira. Diferentemente do português, que é uma língua oral-auditiva, a libras é percebida principalmente através de gestos, expressões faciais e corporais, além de movimentos das mãos. Essa língua possibilita a comunicação, expressões de ideias, sentimentos, conceitos e informações, permitindo que os surdos participem plenamente do convívio social e interajam com outras pessoas por meio de suas comunicações.

Vale ressaltar que a LIBRAS não é uma língua universal, pois cada país tem a sua própria língua de sinais com suas especificidades. A língua de sinais, no Brasil, tem grande importância para a inclusão e a comunicação efetiva entre surdos e ouvintes, contribuindo para a garantia de direitos e a promoção da acessibilidade para toda a comunidade surda.

Como ressalta o art. 1º, Parágrafo Único, da lei nº 10.436/2002:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Nesse aspecto, Quadros (2004, p. 15) afirma:

No dia 24 de abril de 2002, foi homologada a lei federal que reconhece a língua brasileira de sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras. Tal lei representa um passo fundamental no processo de reconhecimento e formação do profissional intérprete da língua de sinais no Brasil, bem como, a abertura de várias oportunidades no mercado de trabalho que são respaldadas pela questão legal. A seguir consta a transcrição desta lei:

Em 2010, a profissão do tradutor intérprete de LIBRAS foi institucionalizada por meio da lei de nº 12.319/2010, na qual o art. 1º discorre e regulamenta o exercício da profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Sendo assim, Quadros (2004, p.11) caracteriza o tradutor-intérprete de língua de sinais, sendo a “Pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita)”. Diante esse panorama, os intérpretes de LIBRAS desempenham um papel crucial em diversas áreas, como educação, saúde, eventos públicos e privados, meios de comunicação, entre outros, os quais são muito importantes para que haja a inclusão da pessoa surda.

Nessa construção informativa, o intérprete de língua de sinais se faz presente, visto que é através dele que a história/mensagem do interlocutor chega ao receptor, isto é, é nas mãos desse profissional que a informação é repassada de uma língua à outra, gerando a comunicação (Oliveira, 2018, p. 29).

Precisamos compreender a diferença entre tradução e interpretação. Sendo assim, “Traduzir um texto em uma língua falada para uma língua sinalizada ou vice-versa é traduzir um texto vivo, uma língua viva. Acima de tudo deve haver um conhecimento coloquial da língua para dar ao texto fluidez e naturalidade ou solenidade e sobriedade se ele for desse jeito” (Quadros, 2004, p. 73).

No que diz respeito à interpretação, Quadros (2004, p. 27) descreve o seguinte:

Envolve um ato COGNITIVO-LINGUÍSTICO, ou seja, é um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes. O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação.

Para Quadros (2004), a língua de sinais é própria da comunidade surda. Assim, o uso da LIBRAS é essencial para uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Investir em programas de capacitação para a aprendizagem da língua e disseminar o conhecimento sobre a cultura surda são passos fundamentais para garantir a plena participação e a cidadania das pessoas surdas.

5. METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho qualitativa, sendo aquela que “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações” (Minayo, 2004, p. 21).

Ela “implica em uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (Chizzotti, 2003, p. 221).

O instrumento de coleta de dados é a entrevista semiestruturada, “Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam” (SEVERINO, p. 133, 2016). Por ser entrevista semiestruturada, o entrevistador deve ter a flexibilidade de modificar o curso da entrevista caso seja necessário.

A entrevista semiestruturada, direcionada à professora intérprete de LIBRAS, que possui especialização em Educação Especial/Inclusiva, graduada em letras - LIBRAS e Lín-

gua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará, ano de 2015. A mesma atuou como intérprete de LIBRAS, na sala regular, em uma escola da rede municipal de ensino, localizada na área urbana, no município de Soure.

Após a coleta de dados, o tratamento e a análise foram realizados por meio da análise de conteúdo. Com base em Severino (2016, p. 129), “É uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escrito, orais, imagens, gestos. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações”.

Bardin (1977) assegura que “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Ela, então, está organizada em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material, 3) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A partir da entrevista com essa professora, que atuou como intérprete de LIBRAS na escola lócus dessa pesquisa, estruturou-se dois eixos para focalizar as análises de dados, sendo eles: a) os desafios e perspectivas de uma professora tradutora intérprete durante a sua formação e para a conscientização sobre a importância do ensino de LIBRAS aos estudantes surdos e ouvintes nas escolas do município de Soure, b) os desafios para o ensino de LIBRAS na sala de aula regular em uma escola no Município de Soure.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa seção da pesquisa apresentam-se os resultados obtidos na entrevista, a princípio, concentrou-se as análises nos os desafios e perspectivas enfrentados por uma professora tradutora intérprete durante sua formação e para a conscientização sobre a importância do ensino de LIBRAS aos estudantes surdos e ouvintes nas escolas do município de Soure.

Quadros (2004), discute sobre as características que o intérprete deve possuir, assim como em qualquer outra área de atuação, como na matemática ou na História, o profissional intérprete de LIBRAS deve ter um perfil que possibilite mediar os processos de ensino e aprendizagem em sala de aula. No entanto, o que ocorre na prática, no ponto inicial, que é a escolha do curso de LIBRAS, na maioria das vezes, assim como em outros cursos, a escolha é feita por falta de opção e não por afinidade ou perfil relacionado a área de atuação, como relata a professora, na entrevista, quando questionada sobre a escolha do curso, ela responde:

Foi Falta de opção a bendita falta de opção que a gente fica sem muta escolha de curso, assim a gente cursa o que vem, não tem muta opção, mas aí depois a gente vai gostando se identificando dentro do curso e veste a camisa. Na época não deu muita

opção de curso, ou era LIBRAS ou biologia, minha opção foi LIBRAS, mas se fosse possível que se eu fosse escolher o que eu queria era Psicologia. Porque a área que eu gosto, eu acho que é a área que eu me identifico. Mas hoje eu comparo essa a falta de opção de curso na época da minha graduação como um presente que você ganhou uma roupa, aí a princípio não está muito do teu gosto, mas como foi um presente tu vai usar e com o tempo aprende a gostar, hoje, assim que vejo minha escolha (Rosa, entrevistada, 2023).

Assim como no Brasil, no município de Soure, os movimentos em defesa dos direitos das pessoas surdas são bastante recentes. Esse fato pode ser evidenciado na fala da entrevistada, onde ela enfatiza:

Em Soure, antes de 2011, tinha apenas o professor Matoso, que era coordenador pelo Estado, mas foi cedido para o município. Ele coordenava a educação especial em Soure, porém, até então, ainda estava na proposta de integração, que era pegar todos os alunos com deficiência e colocar numa sala todos juntos. A professora responsável por essa turma era a professora Flor. Os alunos iam para lá, o surdo e o cego, todas as deficiências, ela trabalhava integração. Isso, daí de 2011 para trás. Aí digo que assim o curso de LIBRAS na UFPA de certa forma mudou a situação da educação especial em Soure. Nossa turma, os alunos estavam lá dentro da sala com a professora Flor. Nesse contratempo, aí nós começamos a fazer formações. E a UFPA também teve aquele contato com a gestão sobre a organização com a proposta de inclusão (Rosa, entrevistada, 2023).

Se considerarmos que desde 2008, pelo Decreto nº 5.571/08, já existia uma política a nível nacional de atendimento para pessoas surdas, onde garantia uma equipe profissional diferenciada para atender as pessoas com deficiência, sobretudo a pessoa com surdez, ou seja, de libras, professores especializados, preferencialmente surdos e/ou bilíngue e tradutores e intérpretes de libras. A partir disso, constatou-se que no município de Soure a organização educacional, na perspectiva da inclusão, só inicia após o envolvimento da turma do curso de LIBRAS e Língua Portuguesa, do ano de 2011. Esse fato evidencia a precariedade em que estava a educação especial do município de Soure, até antes de 2011, pela ausência de políticas de atendimento educacional especializado para as pessoas surdas.

Quando questionada, a professora entrevistada, se há profissionais no município de Soure, formados em LIBRAS, ela é bem incisiva ao responder: “Nós formamos a nossa turma de LIBRAS em 2015 e nós tivemos as 40 pessoas que se formaram de Soure, Salvaterra, Marapanim” (Rosa, entrevistada, 2023).

A fala da professora entrevistada revela a pouca existência de profissionais formados e aptos a atuarem como interprete, no município de Soure, até antes do ano de 2011. No entanto, ela destaca que a presença desse profissional no âmbito da educação especial surgiu a partir da conclusão do curso de LIBRAS, em 2015. Perante essa conjuntura, podemos constatar

tar que as escolas do município de Soure estavam em desconformidade com a lei 10.436/2002 que ressalta a necessidade de formação de professores capacitados para atuarem como intérpretes nas unidades educacionais, com a finalidade de promover a inclusão. Mas ressalta-se a necessidade de investimentos na educação, nas escolas e nas universidades públicas, com o objetivo de viabilizar e diminuir os desafios que passam os discentes nas universidades em busca de formação. Sobre isso, Rosa, a entrevistada, expõe:

Então foram algumas lutas e outras lutas para a gente se formar, é que nossos professores eram de Belém, e surdos, sendo que na UFPA não tinha intérprete, colocaram o curso de libras sem o apoio necessário. Foi também uma luta interna, porque implantaram o curso que não tinha sido aprovado pelo MEC. Então, nós tínhamos cerca de 3 disciplinas por dia, por semana, uma de manhã, uma a tarde, uma a noite, porque colocaram no nosso currículo várias disciplinas de outros cursos, que, quando o MEC veio aprovar, não entrou nem a metade no nosso currículo (Rosa, entrevistada, 2023).

Rosa destaca que foi um grande desafio o processo de formação acadêmica, pelas ausências de investimentos públicos nas universidades, e a falta de coordenação que existe nos cursos flexibilizados para os campings do interior do estado do Pará. Além das dificuldades para se obter a formação acadêmica, a entrevistada apresenta o complexo processo de conscientização da sociedade, que, unanimemente, desde séculos passados, estigmatizam as pessoas com deficiência. Sobre isso, Rosa aponta:

Nós começamos a fazer alguns trabalhos de sensibilização na cidade. Começamos a fazer pesquisas sobre os surdos. Então, nesse período, já tinha uns surdos que estudavam com a professora Flor, no ensino fundamental, no Bom Jardim (escola). E só que eles, quando eles terminaram, o que na época era a 5ª série, que era para passar para o Santo André (escola), que era a 6ª série, eles abandonavam, porque não entendiam o que os professores passavam. E quando teve a mudança do fundamental menor e fundamental maior, eles perderem documentos e, simplesmente, pararam de estudar. Então com esses nossos trabalhos que fomos fazendo na UFPA, começamos a chamar eles, aí começaram a se organizar novamente. Hoje, têm mais ou menos um grupo de 12 surdos. A situação de inclusão começou a chamar a família, para informar sobre os direitos dos filhos. Aí começaram a disponibilizar o transporte para buscar os alunos com deficiência. Então, houve toda uma mudança, mas não foi perfeito. Não foi porque existe a parte estrutural, logística enfim. Mas foi uma mudança. Aí, pedimos e solicitamos para alguns alunos voltarem a estudar (Rosa, entrevistada, 2023).

Assim como no surgimento dos primeiros movimentos e lutas pelos direitos das pessoas com deficiência, nas décadas de 1930 e 1940, no município de Soure, o trabalho docente mostrou-se resiliente ao resistir e insistir na educação para pessoas com deficiência. Hoje, a lei nº 13.146/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, já assegura as condições de igualdade, baseadas nos direitos fundamentais, visando a inclusão social e a cidadania.

Romper barreiras mostra desafiador, pois a visão estigmatizada da sociedade para com as pessoas surdas e a falta de conhecimento geram processos de exclusão. Assim, deve-se persistir à busca de assegurar e conscientizar as famílias e a sociedade sobre os direitos à escolarização das pessoas surdas no município de Soure. Desse modo, a professora entrevistada destacou acerca da importância do ensino de libras para surdos:

É importante, pois se não tivermos na escola, estamos desconsiderando a LIBRAS, a qual é a primeira língua para surdos e a segunda língua oficial do Brasil, para ouvintes. Todo mundo deveria aprender. Nós temos um número, um número muito grande de surdos no Brasil. Então, pessoas que nasceram surdas e pessoas que adquiriram a surdez. Para todo o ser humano, a base é a comunicação. Se você não se comunicar, não tem como entender o que você fala e você não tem como entender o que alguém faz. Não, não dá resposta. Se você entendeu o que eu te falei, e não aprende (Rosa, entrevistada, 2023).

Todo o convívio familiar é afetado quando não há comunicação entre o surdo e os que estão ao seu entorno. A comunicação pela língua brasileira de sinais possibilita melhores formas de convívio. Todos devem estar envolvidos, a pessoa surda, a família, a comunidade, a escola, eles devem se interagir no processo de acolhimento, no entanto faz-se indispensável à comunicação.

A entrevistada destacou ainda alguns problemas que dificultam os processos de ensino e aprendizagem de alunos surdos: falta de diagnósticos pelos professores para identificar as necessidades educacionais dos alunos; ausência de estruturas físicas e pedagógicas, como a (SAEE), sala de atendimento educacional especializado; falta de profissionais intérpretes de libras nas salas de aula. Segundo a professora, esses são alguns dos problemas que dificultam o trabalho docente.

6.1 O ENSINO DE LIBRAS NA SALA DE AULA REGULAR EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SOURE

Como já mencionado, nesse trabalho, a entrevistada expõe vários detalhes de sua trajetória desde quando ainda era estudante de graduação. Aqui, buscou-se revelar um pouco de sua atuação como interprete de LIBRAS, em sala de aula. Para isso, partiremos do pressuposto de Quadros (2004), no qual concebe o interprete como: “[...] aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação”, e ainda sobre isso, ele afirma: “O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes”.

Quando questionada, na entrevista, a professora interprete de LBRAS sobre quais os desafios enfrentados por elas em seu trabalho, ela responde o seguinte:

Então lidar com uma turma “normal”, alunos sem deficiência, para mim é muito tranquilo. Agora se levar em consideração lidar com um aluno com deficiência é mesma coisa que você pegar 21 alunos sem deficiência. Ele requer uma atenção a mais, requer atividades diferenciadas, ele requer os teus simples sentidos, porque se for um aluno cego por exemplo, você tem que estar prestando muita atenção em suas expressões corporais toda hora, porque não está visualizando então a tua avaliação é na oralidade dele, no toque dele. Um aluno surdo ele é muito sensível também, então você tem que estar muito atento. Prestar atenção na linguagem corporal, o que quer dizer, porque eles não oralizam. Ou às vezes tem crise, aí você tem que tá, atento em expressões, gestos porque eles não sabem se comunicar por LIBRAS. O aluno surdo chega no contra turno sem saber LIBRAS, aí é ele vai aprender. Então ensino o que é LIBRAS, para que ela serve, e que é a língua deles. Ensino para eles também no ensino em libras, o que são termos escolares, como bom dia, me ajude não entendi, etc, para tentar melhorar a comunicação na escola, com os outro professore e com os colegas (Rosa, entrevistada, 2023).

Outro importante esclarecimento abordado na entrevista, foi acerca do entendimento do que é tradução e interpretação, pois para a professora é desafiador atuar na sala regular como interprete de LIBRAS e ter que traduzir textos e adequá-los de maneira que os alunos possam entender sobre o assunto. Sobre isso, Quadros (2004, p. 73) esclarece que tradução é:

Traduzir um texto em uma língua falada para uma língua sinalizada ou vice-versa é traduzir um texto vivo, uma linguagem viva. Acima de tudo deve haver um conhecimento coloquial da língua para dar ao texto fluidez e naturalidade ou solenidade e sobriedade se ele for desse jeito.

Já no que diz respeito a interpretação implica em dizer que “o profissional intérprete é aquele que interpreta a mensagem de forma "precisa e apropriada" de uma língua para permitir que a comunicação aconteça entre pessoas que não usam a mesma língua, isto é, o profissional intérprete intermedia a interação comunicação” (Quadros, 2004, p.79).

Sabendo isso, entende-se que o trabalho do tradutor/interprete de LIBRAS, na sala de aula regular, perpassa por essas duas dinâmicas fundamentais que envolvem o ato de traduzir e interpretar. Na entrevista, a professora confirma que a atuação do interprete de LIBRAS exige a capacidade de traduzir e de interpretar, no entanto, expõe a realidade desafiadora ao desenvolver seu papel como interprete de LIBRAS, pois para ela, existe a realidade e a expectativa, assim ela explica o seguinte:

O professor da sala regular já repassou pro intérprete o assunto que ele vai dar e eu como intérprete, eu já vou analisar o material para estar pronta a traduzir e interpretar o conteúdo do professor, vai dar isso aqui? Então eu vou pesquisar os sinais tal eu já sei como é que eu vou fazer para preparar isso é a expectativa. Chego na sala de aula, professor, vai falando, eu vou interpretando. O surdo não entendeu? Faz a pergunta em libras. Para mim eu faço para o professor, então eu sou intermediário,

eu fico aqui, é um triângulo entre eu, professor e aluno, aí fica assim, eu sou só intermediário, isso é a expectativa. Agora, a realidade, não temos salas de aula confortáveis, e na maioria dos casos o professor desconsidera a deficiência do aluno. O surdo chega na sala de aula, ele sabe Libras, só sabe gestos do seu cotidiano familiar é como você pegasse uma criança e ela só falasse aquelas palavras do dia a dia em casa. Mas quando você fala a frase, ela não sabe o que é frase ou você fala assim, pinta, ela não entende, pinta, você tem lá e pintar com ela (Rosa, entrevistada, 2023).

A professora enfatiza a necessidade da constante qualificação do interprete de LIBRAS, pesquisando e estudando sobre os assuntos escolares, pois os mesmos exigem na interpretação, onde segundo ela, o interprete da vida aos conteúdos, os torna acessíveis e passíveis de entendimento pelos surdos.

Sobre isso ela explica que:

Alguns intérpretes tem dificuldades em interpretar e traduzir. O interprete é igual professor, Cada um tem que persistir em busca a melhor maneira de ensinar. Tem uns que pesquisa, e faz seu melhor para ensinar, mas tem outros que quase sempre não procuram uma maneira ou estuda para ensinar, isso também ajuda. Então uma das reclamações dos surdos, porque tem intérprete, que consegue repassar a informação e tem intérprete que não, simplesmente por não ter uma boa formação ou não busca, só faz por fazer mesmo. Eu tenho a compreensão de que é importante estudar outras áreas como história e geografia, principalmente essas matérias, pois na tradução, que é literal fica muta abstrato para o aluno surdo, isso é um desafio torna esse assunto abstrato para eles em algo concreto (Rosa, entrevistada, 2023).

Esse trecho da entrevista revela um desafio pertinente na pratica docente do interprete de LIBRAS. Onde podemos identificar em sua fala, a dificuldade em trabalhar assuntos como história, pois para ela, os alunos surdos tem muita dificuldade de materializar assuntos abstratos, ficando longe da compreensão.

A pesquisa revela um ponto bastante relevante na organização da educação especial no município de Soure, que a partir do curso de LIBRAS/ Língua Portuguesa (2011), iniciou-se, pelos próprios alunos, um trabalho de conscientizar a população sourense sobre os direitos à educação das pessoas com surdez que viviam na cidade, sendo que muitas já haviam passado da idade de escolarização. Em seus relatos, a professora enfatizou que não foi uma tarefa fácil, mas que precisa ser feito para mudar as concepções criadas de maneiras errôneas, assim como os estigmas de que as pessoas surdas não eram passíveis de aprendizagem, precisavam ser desconstruídos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise da entrevista com a professora Rosa, constatou-se que os desafios enfrentados por ela e por muitos docentes que atuam nas escolas como interpretes de LIBRAS, iniciam ainda nos cursos de graduação, pela ausência de professores interpretes de LIBRAS, e também de um projeto político curricular que possibilitam uma formação mais incisiva, e com expressiva formação de caráter prático para elaboração e adequação de atividades pedagógico para os alunos surdos, na perspectiva de incluí-los nos processos de apropriação de conhecimentos escolares científicos, assim como os alunos ouvintes se apropriam desses conhecimentos.

Sobre os desafios no processo de formação, a entrevistada relatou que existiram alguns entraves que ela passou em seu curso universitário, como, por exemplo, o curso de LIBRAS de nível superior, iniciado em 2011, sem a aprovação do Ministério da Educação (MEC) e o Projeto Político Curricular (PPC).

A entrevistada destacou que a sua turma de LIBRAS enfrentou grandes desafios para se estabilizar como curso, perpassando, inicialmente, pela dificuldade de criação de um currículo adequado para a formação em libras, falta de estrutura predial e também por uma questão central que, segundo ela, foi a falta de intérpretes nas aulas em seu curso, uma vez que grande parte dos docentes era surdo e se comunicava pela LIBRAS. A professora ressaltou que a gênese desses problemas, que até hoje assola os cursos de formação inicial para professores, está na ausência de investimentos públicos na educação e, sobretudo, na educação especial.

Por fim, ressalta-se que mesmo sendo reconhecida por lei, como meio legal de comunicação e expressão, especialmente, para a comunidade surda, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), nas escolas, ainda não é componente curricular obrigatório, o que torna desprezioso e irrelevante o ensino de LIBRAS nas instituições de ensino. Assim, torna-se mais desafiador o trabalho docente na tentativa de democratizar o conhecimento historicamente produzido pelo homem, e que o mesmo exige as condições necessárias e favoráveis para a sua transmissão e assimilação.

REFERÊNCIAS

- BISOL. Cláudia A.; VALENTINI. Carla Beatris. Objeto Virtual de Aprendizagem Incluir: **Recurso para a Formação de Professores Visando à Inclusão**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 2, p. 223-234, abr.-jun., 2014. Disponível em: <http://www.deficienciaauditiva.fiocruz.br>. Acesso em: 06 agos, 2023.
- BARDIN, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 70, 225.
- CHIZZOTTI, Antônio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação, vol. 16, núm. 2, 2003, pp. 221-236.
- Dra. QUADROS. Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004. 94 p.: il.
- DAVIS, H., SILVERMAN, R.S. **Hearing and deafness**. Nova York: Rinehart e Wiston; 1970.
- GARCIA. Rosalba Maria Cardoso; BARCELOS. Liliam Guimarães de. **A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral**. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.27, e0170, p.1-16, jan. Dez., 2021.
- Honora. Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização** capítulo 4 cultura e identidade surda. Editora; Cortez, 2015.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 01 agos, 2023.
- Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão**. Brasília: MEC/Sesp, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc_especial.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.
- São Paulo: Hucitec, 2004. MINAYO, M. C.S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. ONU/UNESCO. (1994).
- Declaração de Salamanca**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 07 de agos, 2023.
- Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- SEVERINO. Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. -- 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013.
- OLIVEIRA. Waldma Maíra Menezes de. **Tensões na atuação do Intérprete Educacional: função técnica ou pedagógica?** Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 5, n.1, p. 27-40, jan.-jun., 2018.